

Alexandre Borges

10 Histórias de Amor
em Portugal


casadasletras



Deveria estar escrito em algum lugar celeste, a meio caminho entre a noite e a aurora, ou nas inscrições apagadas, cobertas pelo pó, do capitel de alguma coluna de um castelo medieval, perdido da luz, que este fosse o maior, mais belo, mais trágico e mais falado amor de toda a História do reino de Portugal. Muito, muito para além das fronteiras naturais do lugar, quis o destino que os episódios da vida deste casal se fizessem lenda e fossem contados, não raras vezes, com novos detalhes acrescentados à narrativa original, por poetas, dramaturgos, cronistas, romancistas e músicos, por terras de Espanha, Itália, França e, enfim, um pouco por toda a parte, por onde soaram os passos revoltados de D. Pedro e o perfume doce de Inês de Castro. Todos já dele e dela ouviram falar e conhecem, em três ou quatro linhas, o essen-

cial da sua história. Essas mesmas linhas e tudo quanto lhes escapa, as razões dos seus acontecimentos e personagens secundárias, são aquilo que ouviremos já de seguida.

Dá-se o primeiro passo para o mito quando corria o ano do Senhor de 1340. D. Afonso IV, rei de Portugal, acabava de regressar a Coimbra, vitorioso, após ter ajudado D. Afonso XI, rei de Castela, a derrotar os seus oponentes, sedimentando a amizade entre os dois reinos e as então desejadas relações de paz com Castela e Aragão. Foi uma noite festiva na cidade: os trovadores enchiam as ruas com a sua música, ecoando pelos arredores, graças à acústica fria das lajes de pedra; gente vestida para o acontecimento dançava e rodopiava por entre a multidão e o povo, alegre, saíra para receber o seu amado rei, aquele a quem, mais tarde, honrariam com o cognome de *o Bravo*. Por entre a confusão colorida, os incitamentos e os cantares, um jovem se destacava pela sua exuberância: era D. Pedro, o quarto filho de D. Afonso IV e D. Beatriz, o sucessor ao trono.

Fruto dessa amizade que unia Portugal e Castela, o rei decidira dar por esposa ao seu filho uma jovem nobre natural desse aliado e, assim, foi combinado o seu casamento com

D. Constança, uma fidalga nascida, provavelmente, em 1323, mil e noventa e cinco dias depois de D. Pedro, cuja família tinha, no entanto, um contencioso com D. Afonso XI, pelo que, no seu séquito, seguia uma bela jovem, de seu nome Inês, irmã de alguns dos maiores opositores do rei de Castela, os Castros. Ainda no total desconhecimento deste dado, D. Pedro não estava feliz com a sua situação. Muito embora fosse uma tradição a destinação de esposos e esposas entre as famílias reais de Portugal e Castela, pela parte dos pais e senhores de cada um dos reinos, o príncipe não se conformava com a ideia de casar com alguém que não amasse. Para mais, ainda não tinha o jovem Pedro completado nove anos e já uma primeira consorte lhe havia sido encontrada pelos progenitores. Tratava-se de D. Branca, um pouco mais velha do que ele, mas também ainda uma criança, que o infante recusaria pela sua debilidade física e galopante doença.

De qualquer modo, com ou sem o seu consentimento, o casamento consumir-se-ia de facto, ainda no decorrer do vigésimo ano de idade de Pedro, numa cerimónia inesquecível a todos quantos a presenciariam. Uma vez mais, a Lusa Atenas foi invadida pela festa e

pela dança, pela música e pelos poetas, por trovadores, rimas, versos e harpejos, pequenos instrumentos do destino ao serviço da ironia que o haveria de servir, até ao desenlace trágico daqueles que perpetraram este drama.

Desta relação, nasceriam D. Maria, D. Fernando – aquele que, depois do próprio D. Pedro, se encontrava no lugar seguinte da sucessão – e D. Luís, a cujos olhos seria negado o direito de chegar a ver a luz e as cores do mundo. No entanto, malgrado o nascimento destas crianças, o príncipe não se aproximaria de D. Constança e prosseguia a sua existência dada ao exagero, na caça e tão longe da família como das suas obrigações.

Não se sabe ao certo a data em que uma linha de fascínio terá ligado o olhar de Pedro ao de Inês, mas parece ser consensual ter-se tratado de um encanto imediato e irrecusável desde o primeiro encontro entre príncipe e dama de companhia da mulher. Alguns alegam que tal terá sucedido no próprio dia do casamento com Constança; outros que o arrebatamento apenas teria ocorrido já o casal vivia uma imprópria e nefasta estabilidade feita de monotonia e conveniência.

Do primeiro olhar à primeira noite de amor poucos luares terão passado pela sombra das

árvores que rodeavam o Paço. Sem que tivessem empregue grandes esforços em esconder a paixão que os unia, Pedro e Inês começaram, então, a viver um amor à margem das vontades de rei, corte e população, um amor adúltero, pecaminoso, na mesma medida da sua verdade, de toda emoção que escapava a D. Constança. A mulher, ciente da conveniência do seu casamento com Pedro, sabia nada estar ao seu alcance que o impedisse de encontrar a jovem que com ela viajara para Portugal. No entanto, tal imbróglio enfraquecia-a de dia para dia e, num único esforço de salvação, convidou Inês para madrinha de um dos seus filhos, na esperança de que um laço familiar a coibisse de amar o marido e lhe afastasse o coração. Mas esse recurso fracassara nos seus intentos e os encontros entre Pedro e Inês continuaram a acontecer; no Mosteiro de Santa Clara ou, a quinhentos metros, na Quinta das Lágrimas e nas mensagens trocadas pelo pequeno ribeiro que fazia a comunicação entre ambos os lugares. O povo já sabia, o rei já se atormentava, mas não queria imiscuir-se nos assuntos do filho. Entretanto, Constança adoecia.

Assistindo a esta progressiva deterioração da esposa do herdeiro da coroa e à hostilidade

da população para com ele, a corte reuniria e decidiria a expulsão de Inês de Castro do território português, mas, de novo, o plano fracassava. Hospedada no Castelo de Albuquerque, a poucos quilómetros do Alentejo, Inês continuaria a corresponder-se com D. Pedro, ironicamente num lugar mandado edificar por D. Afonso Sanches, irmão rejeitado e odiado por D. Afonso IV, filho bastardo de D. Dinis, o mesmo que o teria levado, saliente-se, a decretar severas penas contra aqueles que cometessem adultério. Assim, em 1345, dando à luz D. Luís, D. Constança acabaria por perecer, levando com ela essa criança recém-chegada à vida.

Por cruel que pareça, a morte da mulher deu-se à vida de Pedro como uma libertação. De imediato, ele ordenou que trouxessem Inês de regresso ao reino e, perante o desespero de muitos, a bela castelhana retornava aos braços do príncipe português, seguindo com ele para o Paço Real de Santa Clara.

O povo irava-se mais – tal lugar estava rodeado de uma aura sagrada, dado ter sido habitado pela Rainha Santa Isabel, mas D. Pedro permanecia indiferente a essa animosidade. Afinal, ele, do mesmo modo que Inês, sabia bem que ninguém poderia com-

preender que o amor que os unia estava para além, muito para além, das necessidades políticas de um reino, que ela, como ele, não temia contradizer, negar, por uma vez, as normas de uma tradição desumana, sustentada, precisamente, por aqueles para quem nem amor nem sentimentos de caridade popular tinham qualquer importância.

Passavam juntos os dias e as noites, passeavam pelo ribeiro e amavam-se junto a algumas árvores secretas da Quinta das Lágrimas; cada vez mais frequentemente, deixavam o Paço e seguiam para terras da Lourinhã ou Touguia, onde se afastavam um pouco mais dos conflitos da Pátria contra eles próprios. A sua prole crescia e já tinham três filhos, que seriam mais, não tivesse um morrido logo em pequeno – três crianças ignoradas por D. Afonso IV e indesejáveis para a corte. Ao mesmo tempo, em Lisboa, D. Fernando, esse filho legítimo de Pedro e Constança continuava a ser educado para se tornar rei.

Mas o tempo passava e a nuvem da tragédia principiava a ensombrar a história dos dois amantes. Os Castros cada vez mais visitavam Portugal e iam adquirindo cargos e influências concedidas por D. Pedro que preocupavam todos quantos rodeavam o rei. Os

irmãos de Inês chegaram mesmo a convencer – estávamos em 1354 – o príncipe a entrar em Castela e assenhorear-se do reino, mas D. Afonso IV acabaria por conseguir demover o seu filho de tais intentos, que, a concretizarem-se, colocariam, com certeza, em causa a tão preciosa paz alcançada entre os dois territórios. Por outro lado, os bastardos frutos do amor com D. Inês poderiam interferir com o direito sucessório de D. Fernando ao trono português e isso talvez significasse que os Castros chegariam ao poder e que, como tal, se perderia a independência. A amada mulher do infante, outrora alegre e festivo, agora preocupado e distante, era, a cada dia, um pouco menos aceite pela população; de tal modo que, quando a peste negra chegou a Portugal e começou a adoecer e a morrer gente aos milhares, fechando-se em reclusão ou partindo para outras terras muitos outros, a responsabilidade de tal praga divina foi imputada à castelhana.

Seria então que, aproveitando tal clima de hostilidade para com o casal, o rei e os seus conselheiros próximos se reuniram, em segredo, aos primeiros dias de Janeiro do ano da Graça de 1355, em Montemor-o-Velho, com o intuito de decidir que solução dar à impro-

vável guerra entre um amor e um reino. Deu-se o encontro num austero castelo, isolado da aldeia, sombrio e gelado, que o tempo não lograria ver sobreviver por muitos anos. Os laiaios sugeriram, então, que, tendo resistido às outras artimanhas, fosse Inês assassinada, tão depressa quanto possível. A princípio, D. Afonso IV opôs-se liminarmente a tão brutal recurso, mas, aos poucos, com o correr da noite fria naquele salão de pedra, mal e apenas tremulamente iluminado por dois castiçais humedecidos pelas horas, conseguiram convencê-lo de ser esta a única solução possível: a vida passava, de modo irremediável, pelo rei e, em breve, a questão sucessória colocaria mal D. Pedro subisse ao trono. E, aí, seria mais que certo que este elegeria a prole de D. Inês, em detrimento da de D. Constança. Seria já tarde na madrugada quando, derrotado pelo cansaço, o *Bravo* cedesse aos argumentos de Pêro Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco. Estava dado o sinal: quem poderia, agora, salvar este romance de se acabar?

Na manhã de 7 de Janeiro, um derradeiro aviso era dado pelos deuses... Quando D. Pedro e os seus companheiros se preparavam, à porta do Paço Real, para sair para a caçada,

um velho cão negro saltou-se da matilha e lançou-se em corrida em direcção a Inês, latindo e uivando, com olhos demoníacos, a boca a espumar e os dentes brilhando. Pedro galopou em sua direcção e, de um só golpe de espada, degolou-o, caindo, inanimado, o animal morto aos pés da mulher, salpicando-lhe ainda a veste com gotas de sangue... Um silêncio de morte invadiu o pátio e, de súbito, a madrugada pareceu mais escura. A Castro não conseguiu evitar sentir aquele acontecimento como um presságio e, durante todo o dia, sobressaltava-se ao mais pequeno ruído por detrás das suas costas e do loiro cabelo.

O grupo conduzido por D. Pedro partiu, então, para fora da cidade, procurando não mais pensar naquele estranho episódio. Inês tentou distrair-se do mesmo e, passeando pela Quinta das Lágrimas, olhando o seu reflexo nas águas calmas do ribeiro, parecia-lhe ver uma coroa de pétalas colocada sobre a sua cabeça. Um pouco mais longe, quatro homens, guiados por instintos maus, galopavam em direcção à cidade – o rei e os seus algozes chegariam ainda antes do anoitecer. Pedro descia do cavalo e olhava em torno, por entre as árvores; Inês afastava-se do riacho; D. Afonso IV picava um pouco mais o cavalo

e acelerava mais e mais a marcha. Pedro e os companheiros recolhiam já alguma caça; Inês entrava no palácio; o rei chegava à cidade...

Conta o mito que a linda Inês estava «posta em sossego» quando D. Afonso IV e seus sequazes arrombaram a porta dos aposentos, sobressaltando as três crianças. Imediatamente, os três conselheiros, atrás do rei, desembainharam as suas espadas, como se de um gesto de valentia se tratasse. Pôs-se Inês implorando o gesto humano do rei, que vislumbrasse, por um momento, a desgraça que lançaria em sua própria casa, que um assomo de serenidade lhe passasse pelo olhar e visse, diante de si, os filhos do seu amado filho, sangue do seu sangue, a cobardia e infortúnio daquele acto. *O Bravo* compadeceu-se da sua fraqueza, mas mais não foi capaz de fazer do que afastar-se e deixar cair ao chão a espada, para que os carrascos se lançassem à Castro e a degolassem diante do choro incrédulo das crianças.

Estava a tragédia consumada, mas o amor não acabaria por aqui...

Ao tomar conhecimento de tão cruel e miserável acontecimento, D. Pedro armou um exército e decretou guerra contra o próprio pai, tendo chegado a dirigir-se para norte,

liderando a sua tropa, a fim de tomar a cidade do Porto. Contudo, atempadamente, D. Beatriz conseguiu serenar os ânimos e fazer com que pai e filho assinassem a paz. D. Afonso IV ordenou-lhe, então, que não perseguisse os carrascos de Inês, ao que Pedro respondeu que já lhes havia perdoado, dando-lhe em troca a governação de parte dos assuntos do reino.

Mas, dois anos depois, quis Deus que chegasse o dia mais temido pelos três infames assassinos: o rei falecera, tendo ainda, no leito de morte, aconselhado a que atravessassem a fronteira, e Pedro tornava-se, por fim, D. Pedro I, o justo e o cruel. Subido ao trono, não hesitou um segundo na sua primeira decisão: apelando às suas amizades em Castela, conseguiu a extradição de Pêro Coelho e Álvaro Gonçalves; Diogo Lopes Pacheco conseguira, no entanto, fugir já para Aragão e, depois, para França. Trazidos à sua presença, conheceram a loucura do rei-amante: tranquilamente sentado à mesa de jantar, saboreando a vianda mal passada e bebendo longos tragos de vinho, Pedro assistia à penosa execução dos cobardes – ao primeiro, o coração era arrancado pelo peito; ao segundo, pelas costas. Ainda insatisfeito, Pedro terá pedido cebola e

vinagre e trincado os corações, mesmo antes de incendiar os corpos.

Em 1361, em Cantanhede, declarava, com o apoio do bispo da Guarda, ter casado sete anos antes com D. Inês para, dias depois, desferir o golpe final do seu amor. Com toda a pompa e circunstância, o rei obrigaria um cortejo de todas as classes sociais a seguir rumo ao túmulo de Inês. Assistiu-se, então, à sua trasladação para o Mosteiro de Alcobaça, onde mandara construir um magnífico monumento fúnebre, mas, antes de descer o corpo, ordenaria que as aias a vestissem com as melhores roupas e que lhe trouxessem a coroa para que ele próprio a coroasse rainha, depois de morta. Então, perante o olhar severo de Pedro, um a um, lenta e solenemente, nobres, clérigos e humildes membros do povo, ajoelharam-se diante da rainha Inês e beijaram-lhe a mão.

D. Pedro morreria após dez anos de trono, aqueles de que se diz nunca ter havido outros em Portugal, julgando, de igual modo, fidalgos e órfãos. D. Fernando seguir-se-ia na coroa, mas morreria jovem e, para que se tornasse ainda mais absurdo o acto de Afonso IV, o reino cairia, do mesmo modo, no risco de perder a independência, resgatada, afinal, em

1385, por João, outro filho de Pedro, na batalha de Aljubarrota. Na Quinta das Lágrimas, as manchas do sangue derramado por Inês, conta o povo, permanecem visíveis numa rocha; a ciência alega tratar-se, apenas, da presença de uma alga, mas quem acredita nisso?

